

O Secretário da Agricultura do Estado de Minas Gerais comunicou, em abril de 1959, ao presidente da ACIUB, que fora liberada a verba de três milhões de cruzeiros para a finalização da construção da referida escola (ACIUB. Livro n.º16. Ata n.º 973. 28/04/1959. p.211).

Em dezembro de 1959, o Ministro da Educação, Clóvis Salgado, em carta endereçada à ACIUB, assim se referiu sobre a construção da escola:

...a Escola Vocacional está sendo concluída com verbas do Ministério da Educação e que a mesma destina-se à aprendizagem industrial, com formação de operários especializados, em cursos de 2 anos, podendo tal curso ser de futuro, transformado em ensino industrial básico ou ensino técnico, com durações, respectivamente, de 4 e 7 anos (ACIUB. Livro n.º 17. Ata n.º 990. 08/12/1959. p.26).

O então Secretário do Interior do Estado de Minas Gerais, Rondon Pacheco, no ano de 1960, preocupou-se em auferir recursos para aparelhar a escola vocacional.

A competência administrativa da escola transferiu-se para o Departamento Social do Menor, órgão da Secretaria do Interior, atendendo ao Decreto nº 6.307 de 04 de agosto de 1961. Os bens imóveis foram estimados à época em Cr\$16.874.946,00, e os bens de natureza industrial em Cr\$2.517.255,00 (Equipamentos da oficina de marcenaria). Os blocos das salas de aulas, refeitórios e laboratórios estavam concluídos, faltando apenas o bloco das oficinas que precisava fazer o piso, a instalação de água, luz e os sanitários⁴².

⁴² Dados retirados de cópia do discurso proferido pelo Diretor do Departamento do Menor, da Secretaria do Interior do Estado de Minas Gerais, Jason Soares de Albergaria, por ocasião da inauguração da Escola Vocacional de Aprendizagem Industrial Américo Renê Giannetti cedida pelo ex-Diretor da escola, Valdemar Firmino de Oliveira.

Em novembro de 1961, chegou a Uberlândia o funcionário público, Valdemar Firmino de Oliveira⁴³, encarregado pelo Governador do Estado, Magalhães Pinto, para a tarefa de conclusão das obras, aquisição e instalação de equipamentos e funcionamento da Escola até a sua inauguração⁴⁴.

À Prefeitura Municipal de Uberlândia coube transferir para outros logradouros as famílias que invadiram a área da escola. As obras foram reiniciadas num ritmo muito acelerado⁴⁵. O Estado investiu mais Cr\$2.901.949,00 para que a Instituição tivesse condições de iniciar suas atividades. A contratação de funcionários foi regulamentada pela Lei nº 2.486 de 18 de novembro de 1961⁴⁶.

Em abril de 1962, a escola estava pronta e o convite para a inauguração (Foto 3) representava a luta da comunidade local, com destaque para a ACIUB, que somente quatorze anos depois de iniciada, pôde ver concretizada o projeto de dotar a cidade de Uberlândia de uma instituição de ensino que preparasse os jovens para um mercado de

⁴³Valdemar Firmino de Oliveira, advogado, contabilista e professor; após a inauguração da Escola Vocacional foi indicado seu Diretor de 1962 até 1983, funcionário público de carreira, prestou serviço na Secretaria do Estado do Interior de Minas Gerais, no Departamento Social do Menor, na Seção de Contabilidade e na Seção de Cadastro e Fiscalização; coordenou cursos e encontros relacionados ao ensino técnico em Uberlândia e região, membro da Comissão Técnica de Planejamento e Execução da Reforma do Ensino do Município de Uberlândia (Lei municipal n.º 5.692 de 11 de agosto de 1971, Gerente Regional de Planejamento e Implantação do Ensino de segundo grau nas escolas da região, 1.º Presidente da Associação dos Diretores dos Estabelecimentos de Ensino de Uberlândia e região (1971), Vice-Presidente do Conselho Municipal de Conservação e Defesa do Meio Ambiente (CODEMA); coordenador das atividades de criação e instalação do Núcleo Microrregional de Emprego - SINE de Uberlândia e região; assessor para assuntos do Programa Nacional de Eletrificação Rural do Ministério das Minas e Energia; responsável pela criação, instalação e funcionamento da 1.ª Agência de Colocação e Orientação Profissional de Uberlândia; Coordenador de Feiras de Ciências nas escolas de Uberlândia e região; Diretor da Divisão de Cadastro e Processamento do Departamento Penitenciário Nacional do Ministério da Justiça; Diretor Geral Substituto do Departamento Penitenciário Nacional. Presidente de grupos de trabalho e encarregado de organizar e implantar o sistema penitenciário nacional no Ministério da Justiça; membro da equipe técnica encarregada do anteprojeto de lei sobre a cooperação mútua entre os centros de aperfeiçoamento de pessoal do Ministério da Justiça; revisor da Revista de Política de Execução Penal do Conselho Nacional de Política Penitenciária do Ministério da Justiça e advogado e procurador da NOVACAP: atualmente reside em Uberlândia, onde participa ativamente das iniciativas do Lions exercendo a Presidência da Academia Leonística Mineira e Brasileira de Letras e dirigindo a edição da revista Encontro Literário. Nota: Informações fornecidas pela própria pessoa, que se constitui na principal fonte oral dessa pesquisa.

⁴⁴Informações concedidas pelo ex-Diretor da escola, Valdemar Firmino de Oliveira.

⁴⁵ Informações concedidas por Zulmira Batista, filha do ex-prefeito Geraldo Mota Batista.

⁴⁶ Minas Gerais Diário do Executivo 18/11/1961 Col.3. p.5.

trabalho com grande demanda de mão-de-obra especializada exigida naquele momento em decorrência da expansão industrial no Brasil.

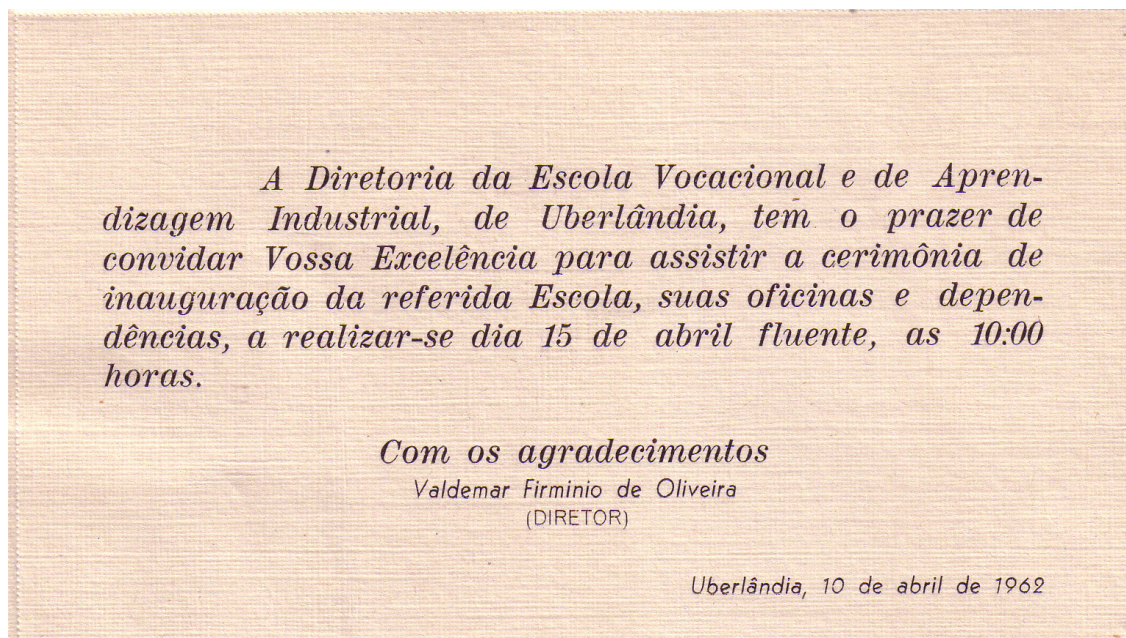


Foto 2 - Convite de inauguração da Escola -1962.

Fonte: Acervo Arquivo Escola Estadual Américo Renê Giannetti.

Na Ata da reunião da Diretoria da ACIUB do dia 17 de abril de 1962 consta o registro do convite (Foto 2) recebido para a inauguração da escola de Aprendizagem Industrial de Uberlândia realizada em 15 de abril de 196 (ACIUB. Livro n.º18. Ata n.º 1.105. 17/04/1962. p.156).



Foto 3 - Inauguração da Escola, 15 de abril 1962. 1-Rondon Pacheco, 2-Geraldo Mota Batista, 3-Magalhães Pinto e 4 - Valdemar Firmino de Oliveira.

Fonte: Acervo particular Valdemar Firmino de Oliveira.

À inauguração compareceram diversas autoridades entre as quais o Governador de Minas Gerais à época, Magalhães Pinto, o Secretário do Interior do Estado de Minas Gerais, Rondon Pacheco, o Prefeito Municipal de Uberlândia, Geraldo Mota Batista e o Diretor nomeado para a Escola, Valdemar Firmino de Oliveira (Foto 3). Após a sua inauguração, até 1982, a Escola sofreu várias alterações na sua denominação e tipologia.

3.2.2.1 – Alterações nas denominações e tipologia da escola

Inaugurada como Escola Vocacional e de Aprendizagem Industrial de Uberlândia a instituição, por meio do Decreto nº 6.559, de 26 de abril de 1962⁴⁷, passou a

⁴⁷ Minas Gerais Diário do Executivo, 27 de abril de 1962. Col. 1. Microfilme 139, p.1

denominar-se “Escola Vocacional e de Aprendizagem Industrial Américo Renê Gianetti”⁴⁸. O nome, Américo René Giannetti, foi sugerido pelo ex-governador Rondon Pacheco e aceito por representantes da ACIUB e autoridades políticas locais, e se constituiu numa homenagem ao Secretário de Agricultura, Indústria e Comércio de Minas Gerais à época, que se empenhou pessoalmente em dotar a escola de maquinários especiais (alguns importados da Alemanha) o que permitiu à Instituição ser considerada um ponto de referência no Estado no que se referia à educação de formação técnica.

O Decreto nº 7.645, de 27 de maio de 1964, transferiu a Escola do Departamento Social do Menor para a Secretaria de Estado do Trabalho e Cultura Popular do Estado de Minas Gerais e alterou a sua denominação para Ginásio Industrial Américo Renê Giannetti⁴⁹.

Segundo o ex-Diretor da Escola, Valdemar Firmino de Oliveira, essa mudança justificava-se naquele momento, considerando a alocação de recursos financeiros que seriam direcionados aos projetos apresentados por essa Secretaria, provenientes dos acordos MEC-USAID.

Em 19 de setembro de 1967, a Lei nº 4.569 alterou, novamente, a denominação da Escola para Ginásio Industrial Estadual Américo Renê Giannetti⁵⁰.

Com a reforma do ensino de primeiro e segundo graus, Lei 5.692 de 11 de agosto de 1971 houve a necessidade de adequação das instituições de ensino à nova legislação. O primeiro grau passou a abranger os estudos da 1ª à 8ª séries, visando à continuidade dos estudos e cujo conteúdo didático deveria compor-se de uma parte comum

⁴⁸ Informações obtidas junto ao ex-Diretor Valdemar Firmino de Oliveira e confirmadas pelo ex-governador Rondon Pacheco e ex-presidente da ACIUB, Geraldo Migliorini.

⁴⁹ Minas Gerais Diário do Executivo. 30/05/1964. Col. 2.P. 4.

⁵⁰ Ibidem., 20/09/67. Col. 3. P.5.

(que incluía as disciplinas: Comunicação e Expressão, Estudos Sociais, Ciências, Educação Moral e Cívica, Educação Física, Educação Artística, Programas de Saúde e Religião), acrescidas de matérias escolhidas pela instituição de ensino, formando um núcleo de Educação Geral. Além dessas, à escola caberia definir disciplinas componentes de um núcleo especial, com disciplinas de características profissionalizantes, que permitissem aos alunos sondagens de aptidões e iniciação para o trabalho (BREJON, 1973, pp. 118-120).

Diante dessas modificações, o Ginásio Industrial Estadual Américo Renê Giannetti, por meio do Decreto 16.244 de 08 de maio de 1974, sofre nova alteração da sua tipologia e muda a sua denominação para Escola Estadual de Primeiro Grau Américo Renê Gianetti⁵¹.

Em 1977, em apoio ao projeto elaborado através de estudos realizados desde 1963 pelo Diretor da escola da época, registrou-se uma mobilização por parte de empresários, por intermédio da ACIUB, da Loja Maçônica, da imprensa e de líderes políticos da cidade, como o Prefeito à época Virgílio Galassi, o Deputado Federal Homero Santos e o Deputado Estadual João Pedro Gustin, reivindicando a autorização de funcionamento do ensino técnico de segundo grau na Escola Estadual de primeiro grau Américo Renê Gianetti. Sugeriam, também, que a Escola fosse transformada em Centro Regional de Formação para o Trabalho Américo Renê Giannetti⁵².

Logo depois, a cidade teve atendida a primeira reivindicação por meio da Lei Estadual nº. 7.020 de 1º de julho de 1977, modificando a denominação da instituição de ensino para Escola Estadual Américo Renê Giannetti de Primeiro e Segundo Graus, com

⁵¹ Minas Gerais Diário do Executivo, 09 de maio de 1974. Col 1. Microfilme 208. p. 6.

⁵² Jornal Correio de Uberlândia. Poderá funcionar ainda este ano em Uberlândia a Escola Técnica Industrial. N.º 12.300. Ano XLI. 27/05/77. p.1.

autorização para oferecer o ensino de segundo grau com os cursos técnicos em eletrônica, edificação, eletrotécnica, economia doméstica, secretariado, mecânica, auxiliar técnico em documentação médica e modelagem de calçados.

No 2º grau, a formação visava à habilitação profissional, com um sentido de terminalidade e seu conteúdo didático incluía disciplinas do núcleo comum (língua portuguesa, literatura brasileira, história, geografia, organização social e política brasileira, matemática, ciências físicas e biológicas, educação moral e cívica, educação física, educação artística e programas de saúde) e um núcleo diversificado com habilitações profissionalizantes sugeridas pelos Conselhos Federal e Estadual de Educação, acrescidas de matérias escolhidas pelo próprio estabelecimento de ensino (ROMANELLI, 1980. pp.242-245).

Em 1979, a ACIUB reitera ao Governador à época, Francelino Pereira dos Santos, e ao Secretário do Trabalho, Ação Social e Desporto, João Pedro Gustin, a transformação da Escola em Centro Regional de Formação para o Trabalho⁵³.

A Prefeitura Municipal de Uberlândia fez a doação, em 18 de outubro de 1979,⁵⁴ de uma área contígua à já existente da Escola, onde funcionava o almoxarifado da

Prefeitura, para a construção do referido Centro Regional de Formação para o Trabalho⁵⁵ (Foto 4).

⁵³ Jornal Correio de Uberlândia. ACIUB reitera reivindicação. N.º 12.629. Ano XLII. 1 e 2/05/1979. p.1.

⁵⁴ Cartório do 1º Ofício de Registro De Imóveis. Escritura de doação. Matrícula 16.788. Ficha 01. livro 426. Fls. 070/071. 18/10/1979.

⁵⁵ JORNAL O TRIÂNGULO. In: Prefeito e Secretário assinam escritura do terreno do Centro Regional de Educação. N.º 4.251. Ano.51. 02/10/1979. Localizado nos arquivos da Escola.



Foto 4: Área doada pela PMU para a construção do Centro Regional de Formação para o Trabalho – 1981.

Fonte: Acervo do ex-Diretor Valdemar Firmino de Oliveira

No mesmo mês, foi autorizada pelo Governo do Estado de Minas Gerais a liberação de verba aproximada de 175 milhões de cruzeiros para a construção do Centro que teria os cursos profissionalizantes que já funcionavam na Escola e outros que seriam acrescidos, segundo o ex-Diretor Valdemar Firmino de Oliveira, “provavelmente na área de alimentação e saúde”. A previsão de término da obra era de 540 dias⁵⁶.

⁵⁶ Jornal O Triângulo. In: Centro Regional de educação para o trabalhador vai ficar concluído em 540 dias. .23/10/1981. p. 7.



Foto 5: O novo prédio da Escola, em fase de finalização. 1983.

Fonte: Acervo ex-Diretor Valdemar Firmino de Oliveira

A construção teve início em agosto de 1982 e o seu término ocorreu em 1983 (Foto 5), ano em que houve substituição na direção da Instituição e na representação política da cidade. Disso decorreu um redirecionamento do projeto de transformação da Escola Estadual de primeiro e segundo Américo Renê Giannetti em Centro Regional de Formação para o Trabalho, uma vez que o Governo que assumiu o Poder Executivo local tinha uma proposta político-educacional diferenciada daquela que estava posta naquele momento⁵⁷.

Portanto, no período de 1962 a 1982 a Escola Vocacional de Aprendizagem Industrial Américo Renê Giannetti passou por várias modificações na sua denominação e tipologia tanto para atender à legislação educacional promulgada naquele período como para ampliar sua atuação educacional.

⁵⁷ Informações obtidas junto ao ex-Diretor Valdemar Firmino de Oliveira.

3.2.3 - A proposta pedagógica

As escolas vocacionais que foram criadas no Estado de Minas Gerais como parte do Plano de Recuperação Econômica e Fomento da Produção, em 1947, trouxeram no seu projeto pedagógico inicial a marca do pensamento do educador Emílio Mira y López ⁵⁸ que, utilizando de seus conhecimentos na área da psicopedagogia, defendia a humanização nos processos industriais ⁵⁹, buscando, através da preparação e orientação profissional, obter o maior proveito e satisfação para o trabalhador e para a sociedade.

Decorridos quatorze anos da proposta de criação das escolas vocacionais em Minas Gerais, o discurso proferido pelo então Diretor do Departamento Social do Menor, Jason Soares de Albergaria, na inauguração da Escola Vocacional e de Aprendizagem Industrial de Uberlândia, mostrava que a intenção do Estado, em fazer funcionar tais estabelecimentos de ensino visava, na década de 60, a atender à legislação⁶⁰, às exigências do processo de industrialização pelo qual o País estava envolto naquele momento e resolver a questão da marginalidade social.

a melhoria do padrão do ensino profissional nas escolas no Departamento Social do Menor justifica-se por dois títulos: sob o ângulo educativo ou moral, satisfaz o Estado a um dos direitos essenciais e inalienáveis de todo menor e cumpre uma exigência do bem comum, de que é responsável; sob o ângulo econômico ou utilitário, ao formar-se o operário qualificado, diminui-se a área do operário braçal, do subproletário e do marginal, elevando-se o potencial econômico e social da comunidade e atendendo-se à demanda de nossa expansão industrial.⁶¹

⁵⁸ JORNAL CORREIO. In: *A Associação Comercial marcha na vanguarda do progresso de Uberlândia*. 16/02/1950. Ano XII, nº 2.843. p.1.

⁵⁹ “no bastan los progresos del maquinismo industrial; tórnanse necesarios también los avances del humanismo industrial.” (MIRA y LÓPEZ, 2004).

⁶⁰ Artigos 49 e 50 da Lei n.º 4.024/61 de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira.

⁶¹ Declaração extraída do discurso escrito do ex-Diretor que se encontra na biblioteca do ex-Diretor da Escola, Valdemar Firmino de Oliveira e cedida por esse para a presente pesquisa.

O funcionamento dos cursos na Escola estava regulamentado pelo Decreto nº 6.305 de 31 de julho de 1961, que dispunha sobre o ensino industrial nos estabelecimentos de ensino do Departamento Social do Menor de Minas Gerais, pelo Decreto nº 6.359 de 11 de outubro de 1961, que instituiu o ensino industrial nas Escolas Vocacionais e de Aprendizagem Industrial de Minas Gerais, e pela Lei nº 4.024 de 20 de dezembro de 1961, que fixou as Diretrizes e Base da Educação Nacional

Art.49. Os cursos industrial, agrícola e comercial serão ministrados em dois ciclos: o ginásial, com duração de quatro anos, e o colegial, no mínimo de três anos.

§ 1º As duas últimas séries do primeiro ciclo incluirão, além das disciplinas específicas de ensino técnico, quatro do Curso Ginásial secundário, sendo uma optativa.

[...]

§ 3º As disciplinas optativas serão de livre escolha do estabelecimento.

§ 4º Nas escolas técnicas e industriais, poderá haver, entre o primeiro e o segundo ciclos, um curso pré-técnico de um ano, onde serão ministradas as cinco disciplinas do curso colegial secundário.

§ 5º No caso de instituição do curso pré-técnico, previsto no parágrafo anterior, no segundo ciclo industrial poderão ser ministradas apenas as disciplinas específicas do ensino técnico.

Art. 51. As empresas industriais e comerciais são obrigadas a ministrar, em cooperação, aprendizagem de ofícios e técnicas de trabalho aos menores seus empregados, dentro das normas estabelecidas pelos diferentes sistemas de ensino.

§ 1º Os cursos de aprendizagem industrial e comercial terão de uma a três séries anuais de estudo.

§ 2º Os portadores de carta de ofício ou certificado de conclusão de curso de aprendizagem poderão matricular-se mediante exame de habilitação, nos ginásios de ensino técnico, em série adequada ao grau de estudos a que hajam atingido no curso referido.⁶²

⁶² Lei n.º 4.024 de 20 de dezembro de 1961. Legislação Federal. Site: www.planalto.gov.br.

A Instituição iniciou suas atividades oferecendo cursos preparatórios ao exame de admissão, (o que perdurou até o ano de 1969) e o ginasial conforme Art. 6.º da Lei 4.024/61 de Diretrizes e Base da Educação Brasileira:

Art.6º - O ingresso na primeira série do primeiro ciclo de ensino médio depende de aprovação em exame de admissão, em que fique demonstrada satisfatória Educação primária, desde que o educando tenha onze anos completos ou venha a alcançar essa idade no correr do ano letivo. (Art. revogado pela Lei nº 5.692/61).⁶³

A Lei nº 4024/61 previa, em seu Art. 35 que “Em cada ciclo haverá disciplinas e práticas educativas obrigatórias e optativas”. Ao Conselho Federal caberia indicar para todos os sistemas do ensino médio, até cinco disciplinas obrigatórias, cabendo aos Conselhos Estaduais de Educação completar esse número, se necessário, e relacionarem as optativas para que as escolas decidissem qual ou quais adotariam⁶⁴.

O currículo do Curso Ginasial da Escola Vocacional de Aprendizagem Industrial Américo Renê Giannetti contemplava as seguintes disciplinas: Educação Artística, Educação Moral e Cívica, Educação Física, Geografia, História, Inglês, Iniciação a Ciências, Matemática, Português, Religião, Desenho e Organização Social e Política Brasileira que faziam parte do núcleo de Educação Geral. Nas quinta e sexta séries do Ginasial, os alunos participavam de atividades disciplinares que incluíam as seguintes práticas educativas: agrícolas, industriais, comerciais e de Educação para o lar; nas sétimas e oitavas séries, além das disciplinas de Educação Geral, os alunos optavam, após realizarem os testes de verificação de sondagem de aptidão, aplicados por orientadores

⁶³ Legislação Federal. Site: www.planalto.gov.br.

⁶⁴ Ibidem.

educacionais, por se especializar numa das práticas educativas iniciadas nas quinta e sexta séries.

Em 1970, por iniciativa do Diretor, Valdemar Firmino de Oliveira, a Escola já tinha antecipado seu currículo ao que determinaria a Reforma de ensino de primeiro e segundo graus que ocorreria em 1971 (Lei nº 5.692/71)⁶⁵.

As disciplinas que fizeram parte do currículo no ensino de segundo grau, Conforme Lei n.º 5.692/71, a partir de 1977, quando a Instituição começou a oferecer essa modalidade de ensino, até 1982 foram as seguintes: Matemática, Português, Física, Química, Inglês, Desenho, Educação Moral e Cívica, Educação Física, Ensino Religioso, Biologia, Geografia, História, Organização Social e Política Brasileira, Psicologia, Programa de Saúde, Estatística, Eletrotécnica, Eletrônica, Desenho Arquitetônico, Desenho Técnico, Mecânica, Solos, Topografia, Material de Construção, Direito/Legislação, Organização Técnica Comercial, Organização de Normas Eletrônicas, Análise de Circuito, Construção 1, 2 e 3, Processamento de Dados, Máquinas/Equipamentos, Máquinas/Instalação Elétrica, Elementos de Telecomunicações, Elo Geral, Elo Industrial, Técnico em Secretariado, Organização/Normas (Eletrônica), Mecanografia, Organização Técnica Comercial e Psicologia/RH⁶⁶.

No período de 1964 a 1983, a Escola ofereceu, em convênio com a Secretaria do Estado do Trabalho, Ação Social e Desportos⁶⁷, cursos intensivos de 30 a 200 horas, de qualificação profissional de Eletricista Instalador, Reparador de Aparelhos Eletrodomésticos, de Rádio Receptor e Aparelho de TV, Sapateiro, Encanador, Telefonia,

⁶⁵ Informações fornecidas pelo ex-Diretor Valdemar Firmino de Oliveira.

⁶⁶ Relatórios diários de classe. Livros sem numeração. Arquivos da Secretaria Escolar da Escola Estadual Américo Renê Giannetti. 2005.

⁶⁷ Jornal O Triângulo. "Renê Giannetti," *uma escola pioneira na formação profissional*. Ano 50. nº 3.993. 28/04/1978. p.1.

Modelista de Calçados, Tipógrafo, Pintor de Obras, Pedreiro, Carpinteiro, Marceneiro, Ajustador Mecânico, Soldador Oxiacetilênico, Torneiro Mecânico, Culinária, Corte Costura, Bordados, Técnicas de Chefia e Técnica de Gerência, Datilografia, Tecnologia Mecânica e Leitura de Desenho⁶⁸. Na imprensa encontramos registro desses cursos:

Ginásio Industrial Renê Giannetti, sob o patrocínio da Universidade do Trabalho de Minas e apoio da Faculdade de Ciências Econômicas de Uberlândia, promoverá um Curso Intensivo de Técnica de Gerência que será ministrado em julho, a partir do dia 8. O curso terá 30 horas de duração e seu programa consta de um bem organizado número de aulas, destacando-se administração geral, relações humanas na empresa, administração pessoal, administração da produção e administração financeira”.⁶⁹

Os quadros 1 e 2 mostram o número de alunos matriculados, anualmente, na Escola no período de 1962 a 1982. Nos documentos pesquisados⁷⁰, os registros das matrículas não fazem distinção sobre o número de alunos por séries e nem por grau (Ginásio e/ou primeiro e segundo graus após 1977).

Quadro 1 – Número de alunos matriculados na Escola Estadual Américo Renê Giannetti - Período 1962/1972

Ano	1962	1963	1964	1965	1966	1967	1968	1969	1970	1971	1972
Nº. Matrícula	51	45	117	268	295	337	555	473	316	785	1161

Fonte: Documento emitido pela 40ª Superintendência Regional de Ensino de Uberlândia (Documento ofício nº 036/2005).

Arquivo da Secretaria Escolar da Instituição (Livros de matrícula sem numeração)

⁶⁸As informações foram obtidas junto ao ex-Diretor da Escola à época, Valdemar Firmino de Oliveira.

⁶⁹ JORNAL CORREIO DE UBERLÂNDIA. 03/07/1968. p. 2.

⁷⁰Relatórios diários de classe. Livros sem numeração. Arquivos da Secretaria Escolar da Escola Estadual Américo Renê Gianetti.2005. Arquivos da 40ª Superintendência Regional de Ensino.

Os documentos arquivados na Escola não permitiram uma análise mais detalhada das variações no número de alunos matriculados no período estudado como verificado entre os anos de 1968, 1969 e 1970 (Quadro 1). O decréscimo nas matrículas efetuadas em 1970 em relação ao ano de 1969, por exemplo, pode ter decorrido em razão de a Instituição ter deixado de oferecer o curso preparatório ao exame de admissão ao ginásio. Porém, nos demais períodos em que se verificou tal situação, como entre 1973/1974, 1976/1977 e 1978/1979/1980 (Quadro 2) não encontramos elementos que permitisse uma análise mais concisa. A partir de 1980, o aumento significativo de matrículas, pode ter ocorrido em razão da perspectiva de ampliação da Escola para se tornar um Centro Regional de Formação para o Trabalho (Ver item 3.2.2.1 desse estudo).

Quadro 2 – Número de alunos matriculados na Escola Estadual Américo Renê Giannetti - Período 1973/1982

Ano	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982
Nº. Matrícula	1196	1175	1211	1178	1098	1146	1073	989	1372	1451

Fonte: Documento emitido pela 40ª Superintendência Regional de Ensino de Uberlândia (Documento ofício nº 036/2005)

Arquivo da Secretaria Escolar da Instituição (Livros de matrícula sem numeração)

Embora o Diretor da Escola a época afirme que havia em torno de 2000 alunos matriculados, anualmente, após a implantação do ensino de segundo grau, documento emitido pela 40ª Superintendência Regional de Ensino de Uberlândia⁷¹ informam números inferiores citados no Quadro 2. Como o registro no livro de matrículas da Escola, no referido período, apresenta algumas incoerências decidimos por considerar o documento oficial. Com exceção das matrículas nos cursos ao exame de admissão, onde havia algumas

⁷¹Documento ofício nº 036/2005

alunas, nos demais cursos, até 1967, só eram aceitos alunos, do sexo masculino (Conforme se observa na foto 6)⁷².



Foto 6: Professores e alunos (Sexo masculino) na quadra de esportes da Escola. 1963.
Fonte: Acervo particular do ex-Diretor Valdemar Firmino de Oliveira.

Apesar de não haver impedimento legal na matrícula de alunas, segundo o Diretor da Escola à época, havia muito preconceito por parte dos pais em matricularem suas filhas em cursos ditos “masculinos”.

Era significativa a participação dos alunos nas atividades extra-classe da escola como jogos e feiras de ciências e tecnologia⁷³ (Foto 7). Disputavam torneios esportivos inter-classes realizados na Escola e na cidade de Uberlândia, conforme notícias divulgadas no Jornal “O Furo”⁷⁴, dirigido pelos alunos sob a supervisão do Diretor e professores e que circulava quadrimestralmente com assuntos de interesse da comunidade escolar.

⁷²Relatórios diários de classe. Livros sem numeração. Arquivos da Secretaria Escolar da Escola Estadual Américo Renê Giannetti. 2005. Arquivos da 40ª Superintendência Regional de Ensino.

⁷³Jornal O Triângulo. In: Renê Gianetti, uma escola pioneira na formação profissional. Ano 50. Nº 3.993. 28/04/1978. p. 1.

⁷⁴O FURO. Jornal do Ginásio Industrial Américo Renê Gianetti. Nº2. Outubro/1964. p.2.

O Grêmio Primeiro de Maio, inaugurado no dia 30 de abril de 1964 ⁷⁵ se incubia de organizar atividades esportivas e sociais na Escola. Não foram encontrados registros de duração dessa organização na Escola.



Foto 7: Participação dos alunos em Feira de Ciências realizada na Escola. Final anos 60. Acervo ex-Diretor Valdemar Firmino de Oliveira

A escola mantinha organizada uma “fanfarra” ⁷⁶ formada por alunos que participavam ativamente das comemorações cívicas e desfiles promovidos no município de Uberlândia.

No período pesquisado, a instituição era considerada uma referência em Uberlândia e região de seu entorno, no que se referia ao ensino profissionalizante.

⁷⁵ O FURO. Jornal do Ginásio Industrial Américo Renê Gianetti. Nº2. Outubro/1964. p.2.

⁷⁶ Fanfarra, segundo o Dicionário Aurélio, significa banda de música que acompanha os cortejos civis. Cf. Dicionário Aurélio Básico da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira S/A. 1995. p.289.

Registros em jornais e depoimentos de ex-professores, ex-alunos e visitantes atestam o significado da Escola para a comunidade: “Faço augúrios para maior desenvolvimento de suas realizações e parabeno Diretor e professores pelo método como a têm conduzido”. (Geraldo Servo)⁷⁷. “É verdadeiramente uma Escola pioneira em matéria de Educação e desde o início como Escola Vocacional, participou de importantes eventos na cidade”⁷⁸.

Escola inovadora para aquela época, pois apresentava um projeto pedagógico diferenciado que proponha uma formação geral convencional aliada à preparação dos alunos para o mercado de trabalho por meio de uma formação técnica. (Ataulfo Marques Martins da Costa).⁷⁹

A Escola representou um momento novo para o ensino na cidade, pois além de oferecer os cursos regulares de primeiro e segundo graus, oferecia, também, cursos profissionalizantes, importantes para o desenvolvimento profissional das pessoas, considerando que, naquele momento, a cidade passava por um processo de transformação, iniciando a sua fase de desenvolvimento com a implantação de várias indústrias no Distrito Industrial. (Antônio Carlos de Oliveira).⁸⁰

Além da parte pedagógica, que era considerada uma inovação para os moldes escolares existentes à época na cidade, por oferecer o ensino regular concomitante ao ensino vocacional, a parte física da Escola era muito bem cuidada no que se referia a área externa e interna das salas de aulas, dos laboratórios e oficinas (Fotos 8, 9 e 10).

⁷⁷ Padre salesiano que em 1964, juntamente com um grupo de psicólogo da Faculdade Dom Bosco de São João Del Rei, visitou a Escola e fez o referido pronunciamento. Jornal O Furo. In: CESAR, Luiz . Crônica da Tarde. Junho/1964. Ano 1. n.º 1, p.2.

⁷⁸ Jornal O Triângulo. In: “René Gianetti”, uma escola pioneira na formação profissional. Ano 50. N.º 3.993. 28/04/1978. p.1.

⁷⁹ Ex-professor da escola no período de 1967 a 1968. Depoimento concedido em 04/02/2005.

⁸⁰ Ex-aluno e ex-professor da Escola no período de 1965 a 1980. Depoimento concedido em 10/11/2004.



Foto 8 : Área externa aos laboratórios e salas de aulas da Escola. Abr. de 1982.

Fonte: Acervo Valdemar Firmino de Oliveira (Aqui, ao centro plantando a árvore)



Foto 9: Laboratório de costura da Escola, recebendo visitantes. Início dos anos 70.

Fonte: Acervo Valdemar Firmino de Oliveira

A Escola recebia constantes visitas como se vê na Foto 9, para conhecerem suas instalações e maquinário uma vez que a mesma era considerada a instituição de ensino profissionalizante melhor equipada do Estado de Minas Gerais.



Foto 10: Oficina de Marcenaria da Escola. 1975

Fonte: Acervo Valdemar Firmino de Oliveira

As peças produzidas pelos alunos nas oficinas eram comercializadas na Caixa Escolar e a verba revertida em benefício da Escola

Todos os cursos oferecidos pela Escola, inclusive os de qualificação profissional, para alunos dos cursos regulares e para trabalhadores da comunidade local, eram gratuitos, sendo que ao final de alguns deles como de pedreiro, marceneiro, pintor e outros, os formandos ganhavam um kit contendo ferramentas para o início de sua atividade profissional. Todos os alunos dos cursos regulares faziam as refeições na Escola (Lanche e almoço), os mais necessitados economicamente recebiam uniformes e material escolar gratuitamente.

Dessa forma, a Escola, além de oferecer um ensino diferenciado das demais instituições de ensino da região, estruturava-se de uma forma a se destacar no cenário educacional mineiro e por isso sua atuação se estendeu para além dos seus limites físicos e manteve, no período estudado, parcerias com outras instituições de ensino em Uberlândia e região.

3.2.4 – A abrangência

Nos anos 70, do século passado, a Escola Vocacional de Aprendizagem Industrial Américo Renê Giannetti manteve parcerias com várias instituições de ensino do município de Uberlândia, Araguari, Ituiutaba e Monte Carmelo. À Faculdade de Engenharia da Universidade Federal de Uberlândia, cedeu, por três anos e meio, seus laboratórios para as aulas práticas aos alunos e professores daquele curso⁸¹.

O SENAI durante três anos, de 1979 a 1983, enquanto terminava a construção de sua unidade em Uberlândia, também, utilizou as oficinas de marcenaria, mecânica, ajustagem e tornearia da Escola.⁸² Nesse período, o SENAI realizou nas dependências da Escola curso para coordenadores que desenvolveriam treinamento de empregados no próprio local de trabalho. O ex-Diretor da escola, Valdemar Firmino coordenou para o SENAI cursos de Relações Humanas no Trabalho e Direitos Trabalhistas para operários da indústria local.

Em Martinésia e Tapuirama, distritos de Uberlândia funcionaram em meados dos anos 70, escolas anexas à Escola Vocacional de Aprendizagem Industrial Américo Renê Giannetti. Nos cursos oferecidos incluíam o ensino médio (5ª a 8ª séries) e o profissionalizante de pintura de paredes⁸³. Em Araguari, a Escola, na referida década, ofereceu cursos profissionalizantes no Educandário Eunice Wiver.

⁸¹ Informações obtidas junto ao ex-Diretor da Escola à época, Valdemar Firmino de Oliveira, confirmadas pelo ex-reitor da Universidade Federal de Uberlândia, Ataúlfo Marques Martins da Costa.

⁸² Informações obtidas junto ao ex-Diretor da escola a época, Valdemar Firmino de Oliveira.

⁸³ Informações obtidas junto ao ex-Diretor da escola à época, Valdemar Firmino de Oliveira. Não foram encontrados registros em documentos desses fatos.

No mesmo período, o Diretor da escola a época ministrou cursos de preparação para implantação do ensino de primeiro e segundo graus nas escolas públicas estaduais das cidades de Araguari e Ituiutaba e de programação e realização de feiras de ciências em Monte Carmelo e Tupaciguara⁸⁴.

Oferecia, também, cursos de aprendizagem, no período noturno, dentro das empresas como fez aos funcionários da Tipografia Zardo (Uberlândia)⁸⁵, assim como cursos profissionalizantes para internos dos Patronatos do Rio das Pedras e do Buriti, em Uberlândia.

Nota-se, portanto, que a Escola Vocacional de Aprendizagem Industrial não se limitou apenas em oferecer cursos em suas dependências estendendo sua área de atuação pelas cidades circunvizinhas à Uberlândia.

3.2.5 – O declínio de uma conquista

Fatores tanto legais quanto políticos como a descaracterização da condição compulsória do ensino profissionalizante no segundo grau, determinada pela Lei nº 7.044 de 18 de outubro de 1982 (Art. 1º, § 2º - A preparação para o trabalho, no ensino de segundo grau, poderá ensejar habilitação profissional, a critério do estabelecimento de ensino)⁸⁶ e mudanças ocorridas na direção da Escola e na proposta política municipal

⁸⁴ Informações obtidas junto ao ex-Diretor da escola à época, Valdemar Firmino de Oliveira. Não foram encontrados registros em documentos desses fatos.

⁸⁵ Informações obtidas junto ao ex-Diretor da escola à época, Valdemar Firmino de Oliveira. Não foram encontrados registros em documentos desses fatos.

⁸⁶ Site: www.planalto.gov.br. Legislação Federal. MEC.Fonte:DOFC 19 10 1982 019539 1.

provocaram a imediata suspensão já em 1983 na oferta dos cursos intensivos profissionalizantes oferecidos pela Instituição desde 1964.

No âmbito nacional, a qualificação para o trabalho almejada pela Lei 5.692/71 foi substituída na Lei 7.044/82 pela preparação para o trabalho. Na opinião de Cunha; Góes (1985, p. 71), retirou-se a profissionalização universal e compulsória e nada foi posto em seu lugar. *“A preparação para o trabalho pode se resumir em atividades que difundiam uma visão abstrata do trabalho numa sociedade abstrata, com resultados pedagógicos muito ruins”*.

Em consequência da nova legislação, verbas federais e estaduais destinadas às escolas profissionalizantes, para a aquisição e manutenção dos equipamentos das oficinas e dos laboratórios, assim como para a formação de professores especializados nas áreas das disciplinas profissionalizantes constantes dos currículos das habilitações técnicas, foram cortadas⁸⁷.

A Escola Estadual de primeiro e segundo Américo Renê Giannetti, assim como outras escolas técnicas do País, diante de impedimentos legais, e por falta de recursos financeiros e humanos em manter a oferta de seus cursos técnicos, já na década de 90 (RESENDE, 2005), havia-se transformado numa instituição pública de ensino regular de preparação de seus alunos para o acesso a cursos superiores.

O projeto de transformação da Escola em Centro Regional de Formação para o Trabalho, defendido pelo ex-Diretor Valdemar Firmino de Oliveira, pretendia seguir o modelo do CEFET do Rio de Janeiro, não foi executado e a Instituição a partir de 1983

⁸⁷ Informações obtidas junto ao ex-Diretor Valdemar Firmino de Oliveira

começou a se descaracterizar da condição vocacional para a qual foi instalada em Uberlândia.

A luta de tantos e por tantos anos para instalar em Uberlândia uma escola vocacional se constituiu num projeto concretizado num curto período de pouco mais de duas décadas. Porém, deixou nas pessoas que, de uma forma ou de outra estiveram envolvidas com a mesma, o sentimento de respeito pelo cumprimento de sua proposta pedagógica como instituição de ensino público como se observa nas palavras de um ex-aluno:

A escola Estadual Américo Renê Gianetti foi de grande relevância para a minha formação. Naquela instituição tive oportunidade de iniciar a construção do alicerce de minha vida profissional e, assim como eu, muitos ex-alunos ocupam hoje funções relevantes como dirigente empresarial em nossa cidade. Depoimento do ex-aluno Antônio Carlos de Oliveira que estudou na Escola no período de 1965 a 1969. (Antônio Carlos de Oliveira).⁸⁸

Quando um projeto se encerra, deixa nas pessoas uma sensação de vazio pela idéia que fica, do que ainda poderia vir a ser. No entanto, o que importa é o significado histórico, a seu tempo, para quem dele usufruiu.

A Escola Vocacional de Aprendizagem Industrial Américo Renê Giannetti, se insere nessa condição. No período estudado, a Instituição, que foi criada para atender ao aumento na demanda de formação de mão-de-obra em consequência do processo de expansão industrial do município de Uberlândia em expansão, ofereceu à comunidade local e regional a melhor estrutura física e pedagógica relativa ao ensino profissionalizante.

⁸⁸ Nota: Antônio Carlos de Oliveira estudou na Escola Estadual Américo Renê Giannetti no período de 1965 a 1969.

No momento em que as condições políticas e econômicas do País, e conseqüentemente, da cidade já não mais exigiam a profissionalização escolar como condição de desenvolvimento, o projeto da escola vocacional em Uberlândia materializado na Escola Vocacional de Aprendizagem Industrial Américo Renê Giannetti entrou em declínio e se transformou numa instituição pública estadual descaracterizada da proposta para a qual foi instalada no município.

Considerações

As considerações sobre esse capítulo remetem à análise dos fatos coletados sobre a Escola Vocacional de Aprendizagem Industrial Américo Renê Giannetti, no Município de Uberlândia, Estado de Minas Gerais, no período de 1962, data de inauguração da instituição e 1982, quando a legislação federal retirou a obrigatoriedade do ensino profissionalizante das escolas públicas e privadas de segundo grau.

Para uma compreensão mais abrangente sobre a origem da Escola, necessário se fez realizar uma digressão temporal que retoma o início do século XX, quando instigada pela expansão capitalista, a expansão industrial se constituiu na solução para o desenvolvimento econômico do País, o que gerou a demanda pela criação de escolas vocacionais.

As transformações econômicas ocorridas no Brasil a partir do início do século XX, também foram observadas no município de Uberlândia, Estado de Minas Gerais, com

a migração do capital proveniente de atividades agrárias para a instalação das primeiras indústrias no município.

Com a aceleração do processo de industrialização vivenciado no País, principalmente a partir de 1930, as novas indústrias e as novas tecnologias instaladas demandavam a necessidade crescente da criação de instituições escolares que oferecessem aos trabalhadores a formação técnica.

Tal contexto, também, foi vivenciado em Uberlândia, naquele período, acrescida, principalmente após 1950, à efervescência de se situar próxima à nova capital federal que estava sendo construída.

Representantes de entidades de classe como a ACIUB – Associação Comercial e Industrial de Uberlândia, com o apoio de políticos locais, trabalhavam para instalação de indústrias no município tendo como objetivo fazer do mesmo uma cidade pólo de desenvolvimento regional.

A instalação de indústrias, no entanto, exigia a formação de recursos humanos para manusear e tirar o maior proveito dos equipamentos nelas instalados. Assim, a ACIUB se mobilizou, no final dos anos 40, para criar em Uberlândia uma Escola Vocacional.

A origem legal da Escola Vocacional e de Aprendizagem Industrial Américo Renê Giannetti está numa proposta político-econômica defendida, em 1947, pelo Governador Milton Campos, de estabelecer um Plano de Recuperação Econômica e Fomento a Produção no Estado de Minas Gerais. Nele, dentre outras medidas, incluía a criação de dez escolas vocacionais para atender à indústria em expansão.

Em 1948, em visita à Uberlândia, o Governador assinou o decreto definindo que uma dessas escolas estaria situada nesse município. Daí até a inauguração da Escola, ocorrida em 15 de abril de 1962, foi uma árdua luta dos empresários ligados à ACIUB e políticos locais para a construção da referida instituição. Falta de recursos financeiros do Município e do Estado aliado à falta de vontade política constituíram fatores de entraves ao término da Instituição. No final dos anos 50 a construção da Escola foi retomada.

Em abril de 1962, a Escola Vocacional Américo Renê Giannetti recebeu seus primeiros alunos. Os cursos oferecidos incluíram: admissão, preparatório para o ensino vocacional e o ginasial. Em 1971, com a reforma do ensino de primeiro e segundo graus, a Escola foi autorizada a oferecer o ensino de primeiro grau, que incluía alunos na faixa etária dos 11 aos 14 anos. O ensino de segundo grau, com habilitações técnicas profissionais, teve início em 1977.

A partir de registro na imprensa local e de depoimentos de ex-alunos e ex-professores, percebe-se que o projeto pedagógico da Escola era considerado inovador em relação às demais instituições escolares da cidade pela sua característica de aliar o ensino regular às disciplinas profissionalizantes.

No período de 1962 a 1983, a Escola foi dirigida por um único Diretor, Valdemar Firmino de Oliveira, que se constituiu em uma fonte oral dessa pesquisa.

A partir de 1983, com a retirada da condição obrigatória do ensino profissionalizante no segundo grau em todas as escolas públicas do País, a Escola, em decorrência da legislação e de outros fatores como a mudança na direção e na sua estrutura pedagógica aliada à falta de recursos financeiros e humanos, pois a verba estadual para a manutenção dos cursos profissionalizantes foram retiradas atendendo à Lei nº 7.044/82,

aos poucos, vê-se impedida de continuar a oferecer seus cursos técnicos, se se transformando numa instituição de ensino regular, perdendo, assim, o sentido vocacional de seu projeto inicial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A busca de informações sobre a criação e o projeto pedagógico da Escola Vocacional Américo Renê Giannetti, localizada no município de Uberlândia constituiu o objeto de estudo desta pesquisa.

A construção textual das informações coletadas sobre a referida instituição escolar se fez sob a luz do referencial teórico desenvolvido no Capítulo I, sobre a História da Educação brasileira, a partir do Império, quando a legislação federal considerou pela primeira vez a questão da Educação pública no País e surgiram os primeiros Liceus voltados para a formação a iniciação profissional; e no Capítulo II, que abordou a inserção da escola técnica profissionalizante no cenário da História da Educação brasileira num contexto de expansão industrial como fator de desenvolvimento econômico do País a partir do século XX.

Os dados coletados sobre o período que antecedeu à inauguração da Escola estão fundamentados em documentos como leis, decretos e decreto-lei, artigos em jornais locais e informações fornecidas pelo ex-Governador Rondon Pacheco, ex-Prefeito Virgílio Galassi, ex-presidente da ACIUB Geraldo Migliorini, e pela filha do ex-Prefeito Geraldo Mota Batista, Zulmira Batista.

As informações a partir de 1961 até 1982 foram obtidas em documentos localizados em arquivos públicos municipal e estadual, na secretaria escolar, na 40ª

Superintendência Regional de Ensino, em jornais locais e da instituição estudada, na ACIUB e junto ao ex-administrador da obra e posterior Diretor da Escola, Valdemar Firmino de Oliveira, principal fonte oral dessa pesquisa.

A bibliografia contemplou textos de autores com foco nas categorias de discussão que incluem a relação Educação-trabalho, o sistema capitalista de produção e suas intercorrências nas políticas sócio-econômico-cultural dos países dependentes e o contexto histórico no qual se sistematizou ao longo dos anos a Educação brasileira.

O contexto de transformações econômicas nacionais e internacionais, verificado no início do século XX teve como pano de fundo a expansão industrial como forma de promover o desenvolvimento dos países periféricos na busca da consolidação do sistema capitalista de produção.

O discurso desenvolvimentista disseminado na América Latina a partir de 1940 trouxe consigo a premissa de que, para se alcançar um estágio de independência econômica, os países periféricos deveriam adotar medidas de aceleração do processo de industrialização.

No Brasil, a política econômica voltou seu foco para a estruturação rápida de um parque industrial. O capital localizado basicamente no setor agrário foi incentivado pelo governo a migrar para os centros urbanos para ser investido em indústria. Em consequência da expansão industrial e a utilização de maquinário mais desenvolvido, cresceu a pressão, por parte dos industriais, para a criação de escolas técnicas profissionalizantes no País, para formar operários especializados em funcionar e tirar um maior proveito dos novos equipamentos instalados. Empresários ligados à indústria, como Roberto Mange e Roberto C. Simonsen (Idealizadores do SENAI) desencadearam, a partir

de seu Estado (São Paulo), forte pressão para a instalação de escolas de preparação e especialização de operários para atender às necessidades cada vez mais complexas da produção fabril.

Uberlândia, cidade que desde a sua emancipação política sempre pretendeu, por intermédio de suas lideranças políticas, constituir-se em centro geoeconômico da região do Triângulo Mineiro, passou por um surto de desenvolvimento com a definição da construção de Brasília no planalto central. Aqui era o entreposto entre a futura capital federal e a região mais desenvolvida economicamente do País (Sul e Sudeste).

Aliados a tais fatores, os efeitos da expansão industrial que passava o Brasil se fizeram presentes, também, no município de Uberlândia. Houve um grande empenho de políticos e administradores de entidades locais como a ACIUB – Associação Comercial e Industrial de Uberlândia, empenhados em trazer indústrias para cá. Iniciava-se, assim, ao final dos anos 40, do século passado, a discussão local sobre a instalação de novas indústrias, a criação de uma área para receber as mesmas e, ao mesmo tempo, reivindicavam a construção aqui de uma escola vocacional.

Do início dos debates na ACIUB sobre a instalação de uma instituição de ensino que aliasse o ensino regular ao técnico profissionalizante se passaram quatorze anos até a sua concretização. O assunto era tema constante das reuniões da referida entidade de classe. A demora se deu, muitas vezes por falta de verba e em alguns momentos pela inexistência de vontade política em executar o que já estava definido em Decreto Estadual. Somente em 15 de abril de 1962 a Escola Vocacional de Aprendizagem Industrial de Uberlândia iniciou suas atividades.

A Escola, originada por meio de Decreto em 1947, inaugurada em 1962 e impedida, por Lei, de se manter como escola vocacional na década de 80, ofereceu à comunidade, no período de 1962 a 1982, além de cursos de ensino público regular, diversos cursos técnicos de habilitação, aprendizagem, qualificação e treinamento que variavam a sua duração conforme determinava a legislação federal em vigor.

No início de sua atividade (1962), a Escola estava autorizada a oferecer cursos de preparação vocacional, exames de admissão e o ginásial conforme estabelecia a Lei nº 4.024/61 de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira. A partir de 1977 passou a oferecer, também, o ensino de segundo grau, dentro do que fora estabelecido pela Reforma de ensino de primeiro e segundo grau, Lei nº 5.692/71.

Percebe-se, neste estudo, que a trajetória dessa Instituição acompanhou a tendência histórica das políticas econômica e educacional executadas pelos governos federal e estadual no período em questão.

Surgiu por pressão de empresários locais para atender à demanda da indústria em expansão como forma de promover o desenvolvimento do município, com incentivos do Governo Federal e entrou em declínio, no que se refere ao oferecimento do ensino técnico profissional, quando estudos do MEC demonstraram que a obrigatoriedade da formação para o trabalho paralela à regular estabelecida pela Lei nº 5.692/71 não atingiram os resultados esperados e o custo de manutenção de tais escolas era muito alto o que acabou por definir pela retirada da condição compulsória no ensino de segundo grau como forma autoritária e centralizadora (predominante naquele momento) de resolver a situação (Lei nº 7.044/82).

Sem repasse de recursos financeiros para a continuidade de suas atividades como escola vocacional, a Escola Estadual Américo Renê Giannetti, a partir de 1983 começou a diminuir a oferta de cursos técnicos constituindo-se, doravante, numa instituição de ensino público regular.

Por aliar o ensino regular ao profissional, o seu projeto pedagógico era considerado inovador ao seu tempo, fazendo com que a Escola, no período de 1962 aos anos 80, do século passado, fosse considerada pela comunidade escolar como referência na região no que se referia ao ensino profissionalizante.

As pessoas ouvidas durante o desenvolvimento dessa pesquisa referiram-se à Instituição com muita consideração e carinho pelo respeito ao cumprimento de seu papel como escola pública que executou a sua proposta de oferecer à comunidade, concomitantemente o ensino regular e profissionalizante, que possibilitou aos seus ex-alunos a sua preparação profissional já na fase acadêmica o que lhes capacitou para acessar melhores oportunidades no mercado de trabalho.

Espera-se que os resultados dessa pesquisa sirvam de elementos de estudos para pesquisadores em Educação brasileira interessados na questão do ensino profissionalizante no município de Uberlândia.

FONTES DE PESQUISA

1 - Atas

Atas da ACIUB – Associação Comercial e Industrial de Uberlândia. Livros de Atas n°s: 10; 11; 12; 13; 14; 15; 16; 17 e 18.

2 - Entrevistas

BATISTA, Zulmira. Fonte oral desta pesquisa. Maria Odete Pereira Mundim. 02, abr., 2005.

GALASSI, Virgilio. Fonte oral desta pesquisa. Maria Odete Pereira Mundim. 13, jan., 2005.

MIGLIORINI, Geraldo. Fonte oral desta pesquisa. Maria Odete Pereira Mundim. 08, mar., 2005.

OLIVEIRA; Valdemar Firmino de. Fonte oral desta pesquisa. Maria Odete Pereira Mundim. 29, abr., 2004.

PACHECO; Rondon. Fonte oral desta pesquisa. Maria Odete Pereira Mundim. 19, mar., 2005.

3 - Jornais

JORNAL CORREIO DE UBERLÂNDIA. *Deverá ser executado em quatro anos o plano de fomento à produção.* Uberlândia, 08 jul. 1947. Reportagem de Capa Ano X. N° 2.189.

JORNAL CORREIO DE UBERLÂNDIA. *Apoteótica e vibrante a recepção a S.S. Excias. Presidente Eurico Gaspar Dutra e Governador Milton Campos*. 04 mai. 1948. Reportagem de capa Ano XI. Nº 2.394.

JORNAL CORREIO DE UBERLÂNDIA, *A escola vocacional industrial de Uberlândia*. Uberlândia, 07 out. 1950. Ano XII. Nº 3.004. p. 1.

JORNAL CORREIO DE UBERLÂNDIA *Visita Uberlândia o Sr. Juscelino Kubitschek*, Uberlândia, 25 out. 1952. Nº 3.524. Ano XV. p.1.

GAZETA MERCANTIL. *Uberlândia 112 anos*. Uberlândia, 23 out. 2000. Edição especial, p. 3.

PEREIRA DA SILVA, Antônio. Crônica da cidade. *Jornal Correio de Uberlândia*, Uberlândia, 20 fev. 2000. Ano 62. Nº 18.342. p. C8.

PEREIRA DA SILVA, Antônio. Significado da fazenda São Francisco. *Jornal Correio. Uberlândia*, 20 mar. 2005. Ano 67, Nº 20.067, p. C4.

JORNAL CORREIO DE UBERLÂNDIA Oscar Moreira focaliza a dura realidade do ensino. Uberlândia, 01 maio 1958. Ano XXI. Nº 6.676, p.1.

JORNAL CORREIO DE UBERLÂNDIA *A Associação Comercial marcha na vanguarda do progresso de Uberlândia*. Uberlândia, 16 fev. 1950. Ano XII. Nº 2.843. p. 1.

JORNAL CORREIO DE UBERLÂNDIA Uberlândia, 2/3 jul. 1968. *Coluna Hoje*. (Sem paginação)

JORNAL CORREIO DE UBERLÂNDIA. *Poderá funcionar ainda este ano em Uberlândia a Escola Técnica Industrial*. Uberlândia, 27 mai.1977. Ano XLI. Nº 12.300, p. 1.

JORNAL CORREIO DE UBERLÂNDIA. *ACIUB reitera reivindicação*. Uberlândia, 1º maio 1979. Ano XLII. Nº 12.629. p.1.

JORNAL O TRIÂNGULO. *Renê Giannetti, uma escola pioneira na formação profissional*. Uberlândia, 28 abr. 1978. Ano 50. Nº 3.993. p. 1.

JORNAL O TRIÂNGULO. *Renê Giannetti, uma escola pioneira na formação profissional*. Uberlândia, 28 abr. 1978. Ano 50. Nº 3.993. p. 1.

JORNAL O TRIÂNGULO. *Centro Regional de Educação para o Trabalhador vai ficar concluído em 540 dias*. Uberlândia, 23 out. 1981. p. 7.

JORNAL O TRIÂNGULO. *Prefeito e Secretário assinam escritura do terreno do Centro Regional de Educação*. Uberlândia, 02 out. 1979. Ano 51. Nº 4.251. (sem paginação)

MINAS GERAIS, Assembléia de Minas Gerais. *Diário do Executivo*, Belo Horizonte. 13 jul. 1947. Col. 5. Microfilme 87. p.1.

_____. 30 ago. 1947. Col. 1. Microfilme 87. p.1.

_____. 30 dez. 1947. Col.2. Microfilme 88. p.4.

_____. 06 mai. 1948. Col. 2. Microfilme 89. p. 1.

_____. 18 nov. 1961. Col. 3. p. 5.

_____. 27 abr. 1962. Col. 1. Microfilme 139. p.1.

_____. 30 mai. 1964. Col. 2. p. 4.

_____. 20 set. 1967. Col. 3. p.5.

_____. 09 mai. 1974. Col. 1. Microfilme 208. p. 6.

CESAR; Luiz. *Jornal do Ginásio Industrial Américo Renê Giannetti. O FURO*, Uberlândia, . Jun. 1964. Crônica da tarde. Nº 1. Ano 1. p. 2.

O FURO, Uberlândia, out. 964. Nº 2. p. 2.

4 - Documentos Oficiais em Arquivos

4.1 - CÂMARA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA

CÂMARA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. Processo nº 1.686. 1962. p.1 -7. (Arquivo Público Municipal de Uberlândia).

_____.Poder Legislativo. Pasta 554. Arquivo Público Municipal de Uberlândia. (Arquivo Público Municipal de Uberlândia).

4.2 CONSELHO ESTADUAL DO DESENVOLVIMENTO DE MINAS GERAIS

MINAS GERAIS. Conselho Estadual do Desenvolvimento. Distritos Industriais. Cia. de Distritos Industriais de MG. Nº. 350.8232. M663d. 1971. (Arquivo Público Mineiro).

4.3 - ESCOLA ESTADUAL AMÉRICO RENÊ GIANNETTI

Escola Estadual Américo Renê Giannetti. Livros de Matrículas. (sem numeração), 1962-1982. (Arquivo da Secretaria)

4.4 - 40ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE ENSINO DE UBERLÂNDIA

40ª Superintendência Regional de Ensino. OFÍCIO/SEDINE/DIVAE/DIRE/ Nº 036/2005, 27 abr. 2005. (Arquivo 40ª Superintendência Regional de Ensino)

5 - Cartórios

Cartório do Primeiro Registro de Imóveis e Hipotecas. Comarca de Uberlândia. Estado de Minas Gerais. Título: doação. Livro 3. Fls. 002. Nºde ordem 15.872. 04 fev. 1949.

Cartório do Primeiro Ofício de Registro de Imóveis. Uberlândia. MG. Escritura pública de doação. Matrícula 16.788. Ficha 01. Livro 426. Fls. 070/071. 18 out. 1979.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACIUB. 50 anos trabalhando com amor (1983). In: *ACIUB em Revista*. Uberlândia: Gráfica Sabe. pp. 57-101. Edição extra.

ARAPIRACA, José Oliveira (1982). *A USAID e a educação Brasileira: um estudo a partir de uma abordagem crítica da teoria do capital humano*. São Paulo: Autores Associados/Cortez.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS (2004). *Legislação Estadual*. Disponível em: <[http:// www.almg.gov.br](http://www.almg.gov.br)>. Acesso em: fev. a maio 2004.

BARBOSA, S. (1988). *Caminhos e descaminhos da educação brasileira no século XIX*. In: PERRONE-MOISÉS, L. *O Ateneu: retórica e paixão*. São Paulo: Brasileira/Edusp.

BARSA. São Paulo: Encyclopedia Britannica do Brasil Publicações . Vol.7, 1994.

BOJUNGA, Cláudio (2001). *O artista impossível*. Rio de Janeiro: Objetiva.

BRASIL (1941). *IBGE e Educação I*. Rio de Janeiro: Setor Gráfico IBGE.

BRAVERMAN, Harry (1981). *Trabalho e Capital Monopolista - A Degradação do trabalho no Século XX*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

BREJON, Moysés (Org.) (1973). *Estrutura e funcionamento do ensino de 1.º e 2.º graus*. São Paulo: Biblioteca Pioneira de Ciências Sociais.

BUFFA, Ester (1979). *Ideologias em conflito: escola pública e escola privada*. São Paulo: Cortez & Moraes.

CARVALHO, Marta Maria C. de (2003). *Reformas da instrução pública*. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira e Outros (Orgs). *500 Anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, pp. 236 e 237.

CENSO DEMOGRÁFICO BRASIL (1970). *VIII Recenseamento Geral*. Rio de Janeiro: Fundação IBGE.

CENSO DEMOGRÁFICO (1960). *VII Recenseamento Geral do Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE.

COSTA, Messias (2002). *A Educação nas Constituições do Brasil*. Rio de Janeiro: DP&A.

CUNHA, Luiz Antônio (1977). *A Política educacional no Brasil: profissionalização no ensino médio*. 2 ed. Rio de Janeiro: Eldorado Tijuca.

_____ (2000^a). *O ensino de ofícios artesanais e manufatureiros no Brasil escravocrata*. São Paulo: UNESP, Brasília, Flacso.

_____ (2000^b). *O ensino profissional na irradiação do industrialismo*. São Paulo: UNESP, Brasília, Flacso.

_____ (2000^c). *O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização*. São Paulo: UNESP, Flacso.

_____ (1977). *A Política Educacional no Brasil: a profissionalização no ensino médio*. Rio de Janeiro: Eldorado.

_____. & GÓES, Moacyr de (1985). *O golpe na educação*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

DANTAS, San Thiago e Outros (1995). *A educação no Brasil: Conselho Técnico da C.N.C.* Rio de Janeiro: Nova Letra.

ENCICLOPÉDIA BARSA (1994). São Paulo: Enciclopédia Britânica do Brasil Publicações, V. 7.

ENCICLOPÉDIA LAROUSSE CULTURAL (1998). São Paulo: Nova Cultural.

FARIA FILHO, Luciano Mendes (2003). Instrução elementar no século XIX. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira (Orgs.). *500 Anos de educação no Brasil*. 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica.

FERNANDEZ ENGUITA, Mariano (1989). *A face oculta da escola: Educação e trabalho no capitalismo*. Porto Alegre: Artes Médicas.

_____ (1989). *A Face Oculta da Escola: Educação e trabalho no capitalismo*. Porto Alegre: Artes Médicas.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda (1985). *Dicionário Aurélio Básico da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova fronteira.

GERMANO, José Willington. *Estado militar e Educação no Brasil 1964 – 1985* (2000.). São Paulo: Cortez.

GUARATO, M. (2001). *Alfabetização de adultos: a experiência do MOBRL no município de Uberlândia*. 2001. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia.

GHIRALDELLI JR., Paulo (1990). *História da educação*. São Paulo: Cortez.

GUISSONI, Veranice de Cássia (2000). *Aprendizagem Comercial – Menor Aprendiz*. Uberlândia: Relatório de estágio. Curso de Secretariado Executivo – UNIT – Centro Universitário do Triângulo.

HILSDORF, M. Luisa Spedo (2003). *História da educação brasileira: leituras*. São Paulo: Pioneira/Thomson Learning.

KUENZER, Acácia Zeneida (1989). *Pedagogia da fábrica – As relações de produção e a educação do trabalhador*. São Paulo: Cortez/Autores Associados.

_____(1988). *Ensino de 2.º grau: o trabalho como princípio educativo*. São Paulo: Cortez.

LOURENÇO, Luis Augusto Bustamante (1987). *Bairro Patrimônio: Salgadores e Moçambiqueiros*. Uberlândia: Secretaria Municipal de Cultura: Zardo.

LOURENÇO FILHO, M. B. (1965). Redução da taxa de analfabetismo no Brasil, 1900 a 1960, descrição e análise. *Revista Brasileira de estudos Pedagógicos*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. Vol. XLIV. Nº. 100, p.265.

MARX, Karl (1980). *O Capital – crítica da economia política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira ..

_____(1973). *O Capital*. Trad. Ronaldo Alves Schmidt. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

MÁXIMO, Círian Gouveia (2000). *Imprensa e ensino profissional em Uberlândia: uma análise dos discursos jornalísticos (1936-1947)*. Cadernos de educação Escolar: Ano I, n. 1, jan./ jun. Uberlândia: UFU, FAGED, Programa de Mestrado em educação, pp. 13-14.

MELLO, Alex Fiúza de (2000). *Capitalismo e mundialização em Marx*. São Paulo: Perspectiva: Belém. ESCTAM – Secretaria Executiva de Ciências, Tecnologia e Meio Ambiente.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado da Cultura (1995). *1.º Censo Cultural de Minas Gerais: Guia da Região do Triângulo*. Belo Horizonte: SEC. Coleção Mineiriana.

MIRA y LÓPEZ. Montserrat (2004). *Emilio Mira y Lopes Biografía personal y profesional*. Disponível em: <<http://www.Ideasapiens.com/autores/miraylopez>>. Acesso em: 05 jan. 2004.

NAGLE, Jorge (1974). *Educação e Sociedade Na Primeira República*. São Paulo: EPU/MEC.

Ibid. (1976). São Paulo: EPU/ Rio de Janeiro: FUNAME..

NASCIMENTO, Dorivaldo A. do (2000). *História de Uberlândia: 112 anos*. Uberlândia: Grafy.

NASCIMENTO, Osvaldo Vieira do (1987). *O ensino industrial no Brasil: 75 anos do ensino técnico ao Ensino Superior*. Rio de Janeiro: Divisão de Pesquisas, Estudos e Avaliação – SENAI – DN.

NEFFA, Júlio César (1999). Crisis y emergencia de nuevos modelos productivos. In:

GARZA, Enrique de la (Org.) *Los retos teóricos de los estudios del trabajo hacia el siglo XXI*. Buenos Aires: CLACSO, pp.77-81.

OLIVEIRA, Selmane Felipe de (1992). *Crescimento Urbano & Ideologia Burguesa*. Uberlândia: Rápida.

PAIVA, José Maria. *Educação Jesuítica no Brasil Colonial* (2003). In: LOPES, Eliane Marta Teixeira e outros (Orgs.). *500 Anos de educação no Brasil*. 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica, pp. 43-44.

PARO, Vitor Enrique (1979). *Escola e formação profissional – Um estudo sobre o sistema regular de ensino e a formação de recursos humanos no Brasil*. São Paulo: Cultrix - Fundação Carlos Chagas.

PIANCASTELLI, Wanda (Coord.) (1970). *Levantamento industrial e sócio-econômico-Uberlândia. SESI – Serviço Social da Indústria*. Depto. Regional. Belo Horizonte: A Ibérica.

RESENDE, Karla Patrícia (2005). *História da educação Profissionalizante: Práticas e representações Sociais da escola Estadual Américo Renê Giannetti 1977-1996*. 2005. (Dissertação Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Uberlândia: Uberlândia.

RIBEIRO, Maria Luiza S. (1993). *História da educação Brasileira: a organização escolar*. Campinas: Autores Associados.

RODRIGUES, Jane de Fátima S. (1989). *Trabalho, ordem e progresso: Uma discussão sobre a trajetória da classe trabalhadora uberlandense – o setor de serviços (1924-1964)*. São Paulo: Universidade de São Paulo. Departamento de História, Faculdade de Filosofia. Dissertação de Mestrado. São Paulo.

RODRIGUES, José (1998). *O Moderno Príncipe Industrial: o Pensamento Pedagógico da Confederação Nacional da Indústria*. Campinas: Autores Associados.

ROMANELLI, Otaíza de O. (1980). *História da Educação no Brasil*. 2 ed. Petrópolis: Vozes.

SAVIANI, D. (!981). *Análise crítica da organização escolar brasileira através das leis 5.540/68 e 5.692/71*. In: GARCIA, W.E. (Org.). *Educação brasileira contemporânea: organização e funcionamento*. 3 ed. Rio de janeiro: McGraw-Hill do Brasil.

ROSSI, Wagner Gonçalves (1980). *Capitalismo e Educação: contribuição ao estudo crítico da economia da Educação*. São Paulo: Moraes.

SANTOS, Jailson A. dos (2003). *A Trajetória da educação profissional*. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira e Outros (Orgs.). *500 Anos de Educação no Brasil*. 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica, pp. 66-220.

SENADO FEDERAL (2004). Legislação Federal. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 17 jul. 2004.

SENAI. DN (2002).. *Histórias e percursos: o Departamento Nacional do SENAI (1942-2002)*. Brasília.

SILVA, Hélio; CARNEIRO, Maria Cecília Ribas (1983). *Juscelino e o desenvolvimento 1956-1961*. In: *Os Presidentes*. São Paulo: Grupo de Comunicação Três.

SILVA, Tomaz Tadeu da (2001). *Documentos de identidade – Uma introdução às teorias do currículo*. Belo Horizonte: Autêntica.

SIMONSEN, Roberto C. (1973). *Evolução industrial do Brasil e outros estudos*. São Paulo: Ed. Nacional USP.

SOARES, Beatriz Ribeiro (1988). *Habitação e produção do espaço em Uberlândia*. (Dissertação Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências Humanas, Universidade de São Paulo: São Paulo.

SOBRINHO, Vicente Batista de M, (2002). *Massificação do ensino em Uberlândia – MG: A fala da imprensa 1940-1960*. (Dissertação Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Uberlândia: Uberlândia.

TAMBERLINI, Ângela Rabello M. de Barros (2001). *Os ginásios vocacionais: a dimensão política de um projeto pedagógico transformador*. São Paulo: Annablume/Fapesp.

VIANA, Agnelo Côrrea e ANDRADE, Antônio F.de (1969). *Mão-de-obra e ensino técnico em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Instituto Pesquisa do Trabalho – Fundação Universidade do trabalho de Minas Gerais.

VIEIRA, Flávio César F. (2004). *Profissionalização Docente e Legislação Educacional: Uberabinha 1892 – 1930*. (Dissertação Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Uberlândia: Uberlândia.

XAVIER, Maria Elizabete S. P. (1990). *Capitalismo e a escola no Brasil: a constituição do liberalismo em ideologia educacional e as reformas do ensino (1931-1961)*. Campinas: Papirus.

WEREBE, Maria José Garcia (1968). *Grandezas e Misérias do Ensino no Brasil*. 3 ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro.

_____. (1974). A educação. In: HOLANDA, Sérgio B. *História da Civilização Brasileira: o Brasil monárquico declínio e queda do Império*. 2 ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, pp. 366 - 383.

ZANATA, Marisa (Org.) (1991). *De homens e máquinas: Roberto Mange e a formação profissional*. São Paulo: SENAI.